



PELO FUNCIONAMENTO NORMAL E DEMOCRÁTICO DAS ESCOLAS

- contra o divisionismo
e o aventureirismo -

Iniciado na Universidade de Coimbra desde praticamente o princípio do ano o processo de luta centrado na defesa das conquistas democráticas conseguidas ao nível do ensino, seriamente ameaçadas pela política reacçãoária e direita de Cardia, oportuno se torna fazer, neste momento, um balanço claro e objectivo da situação:

Pode-se dizer que tem sido grande a firmeza, e fortes os sentimentos de unidade estudantil, o que permitiu os momentos altos de luta como foram os Plenários das três Academias, a Greve Nacional e a manifestação nacional em Lisboa.

Forjam-se neste momento, a nível nacional, as condições que permitam encarar o reinício do ano lectivo com a certeza de que o movimento se desenvolve, com o apoio da grande maioria da população escolar que não abdica de lutar pelo funcionamento normal e democrático das escolas, bem como pela não aplicação do decreto de Cardia.

Mas se a unidade é condição essencial do desenvolvimento firme da luta estudantil, ela não se forja e dinamiza transigindo com propostas oportunistas e irrealistas que encaminham a luta para becos sem saída, criando divisão e desmobilização da grande massa dos estudantes e desprestigiando aos olhos da opinião pública em geral, essa mesma luta.

Propostas como a de greve ilimitada (tantas vezes apresentada e outras tantas recusada) sem a definição clara dos objectivos a atingir e sem a análise objectiva das condições concretas de luta e mobilização estudantil são propostas voluntaristas que conduzem inevitavelmente à desagregação de qualquer movimentação. Também a proposta já apresentada de greve geral nacional, veiculada pela "UDP" e por sectores irresponsáveis da JS (actual DG), em nada contribuiu para a prossecução vitoriosa deste processo; senão vejamos:

a) Era consciente e deliberadamente escondida a situação que se vivia em Lisboa e Porto, que apontava para a necessidade de centrar a actividade estudantil no período de preparação do ano lectivo, ganhando-se os estudantes ao nível da escola, para a luta pela não aplicação do decreto de Cardia e criando-se assim o campo de manobra que a direita aí procurava ganhar;

b) Era consciente e deliberadamente escondida a situação de "vazio de poder" criado ao nível das escolas pela demissão dos Conselhos Directivos, apontando-se para uma greve que afastava os estudantes das escolas deixando assim aberto todo o campo de manobra a Cardia para sem resistências colocar à frente das mesmas os seus "Conselhos Escolares".

c) Fugia-se consciente e deliberadamente à necessidade de em Assembleias de massas ganhar os estudantes para e por em acção de estruturas democráticas que garantissem o funcionamento normal e democrático das escolas.

A "UDP" apostava mais uma vez na divisão e desmobilização da movimentação

17/12/76

estudantil, tentando captar sectores influenciáveis pela sua linguagem aparentemente radical.

Mas não ficaria por aqui. Levantado o problema da posição a tomar face aos Conselhos Directivos provisórios, aí aparece a mesma "U D P" e os mesmos irresponsáveis da DG a lançar os estudantes para novo beco sem saída, ao apresentar a proposta de boicote aos C.D.P.'s. Foi em Economia, do Porto, furtando-se à tomada de posição Assembleia de escola com a população desta, encontrando-se o resultado à vista-encerramento da Faculdade. Foi em Ciências e Medicina de Coimbra, acabando afinal na mesma Plo. de Ciências por defender que o CDP devia funcionar em termos de despachoburocrático. Que exemplo mais flagrante do que é uma política sem princípios? Mas uma política sem princípios que põe em perigo o processo de luta, abrindo as portas à acção reaccionária de Cardia.

Com a aprovação em todas as escolas de regulamentos internos que correspondem à aplicação dos princípios máximos da gestão democrática aos condicionalismos próprios de cada escola e a eleição de comissões de escola nas diversas faculdades, desenvolvem-se as condições para garantir o funcionamento normal mas em termos democráticos da Universidade, bem como da não aplicação do decreto,

A quem pretende desvirtuar esta importante frente de acção, que são os regulamentos internos e sua aplicação, há que muito claramente o dizer- eles não são nem a viabilização do dec. do MEIC ou uma forma encapotada de o aplicar, nem se trata de criar um novo dec. de gestão alimentando quaisquer perspectivas auto-gestivas que conduziam fatalmente as escolas a novo impasse. Reforçar os regulamentos internos na perspectiva de serem uma plataforma de convergência dos vários corpos e sectores progressistas das escolas, consagrando na prática os pontos máximos da gestão democrática, bem como desenvolver as ligações entre as Comissões de Escola, são passos importantes para uma coordenação necessária da luta que salvede as especificidades e diferentes correlações de forças ao nível de cada escola. Mas esta ordenação não passa certamente por "pseudo-encontros nacionais", (como o que se pretendeu realizar em Coimbra a 15.12.76), convocados atabalhoadamente e sem ordem do dia clara, virados para a satisfação dos interesses de grupo da "UDP" que, vendo rejeitadas as suas propostas ao nível de massas e desorientada pela sua falta de perspectivas, procura veiculá-las através de reuniões de cúpula aproveitando-se para tal, sem qualquer respeito pelas massas estudantis, da influência que detem em estruturas unitárias do ME.

Aqui os Estudantes Comunistas apela mais uma vez à firmeza e combatividade dos estudantes na defesa do normal funcionamento democrático das escolas e na luta contra as medidas anti-estudantis do ministro Cardia, condições essenciais para o prolongamento com êxito da nossa luta.

- NÃO AO ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS
- PELA DEFESA DO FUNCIONAMENTO NORMAL E DEMOCRÁTICO DAS ESCOLAS
- CONTRA O DECRETO REACCIÓNARIO DE CARDIA

Coimbra/17 Dez./1976

A Direcção da Organização do Ensino

Superior de Coimbra

da

UNião dos Estudantes Comunistas

17/12/76